

ATA DA 20^a REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI/RJ

Aos quatro dias do mês de dezembro de 2007, às 13h30min, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro, deu início a vigésima reunião ordinária, na sala de reuniões BRD do 12º andar do prédio da FIRJAN – RJ, situado na Rua Graça Aranha Nº. 1, Centro Rio de Janeiro, tendo como pauta: 1) Aprovação da Ata da reunião anterior, 2) Aprovação do Plano de Investimento do CBH- Baía de Guanabara, 3) Apreciação da Resolução do CBH- Lagos São João que delibera sobre a criação de fundo de recursos para as boas práticas em micro bacias hidrográficas, 4) Avanços e desafios da gestão de recursos hídricos no Estado do Rio de Janeiro – Dra. Marilene Ramos Presidente da SERLA, 5) Lei 9.433/2007 – 10 anos – integração das Políticas Nacionais e Estaduais de Recursos Hídricos – Sr. José Machado – Presidente da Agência Nacional de Águas, 6) Assuntos Gerais. Estavam presentes 24 membros do Conselho entre titulares; suplentes e convidados, Paulo Canedo (ABRH – RJ), Fátima Casarin (SERLA), Carlos Minc (Secretário do Ambiente), Marilene Ramos (Presidente da SERLA), Carlos Costa (PGE), Luiz Firmino Martins Pereira (Secretaria Executiva do Consórcio Lagos São João), Carmem Lucia Motta (Secretaria de Meio Ambiente de Rio Bonito), Edivani Castilho Lage (Chefe de Divisão de Meio Ambiente de Piraí), Celso Alencar Ramos Jacob (Prefeito de Três Rios), Dorgival de Freitas Palmeiras (Secretário de Meio Ambiente de Silva Jardim), Friedrich Wihelm Herms (UERJ), Paulo Teodoro de Carvalho (Presidente do CEIVAP), Maria Luiza Ferreira Silva (ASSEMAE), Vicente Bastos Ribeiro (BNG2), Professor Mauro Viegas (FIRJAN), Leopoldo Eugênio Erthal (Presidente da FAERJ), Fernando José Lino do Nascimento (Gerente de Desenvolvimento da LIGHT), Luíza Cristina Krau (FURNAS), José Sertã (ABES-RJ), Humberto José de Albuquerque (ABAS-RJ), Aderson Marques Martins (Vice Presidente da ABAS-RJ), Dora Negreiros (Presidente do IBG), Donato Veloso (ONG Lagoa Viva), Flávia Lanari (Diretora da APALMA). Com a palavra Paulo Canedo Presidente do CERHI deu início falando sobre a composição do CERHI que encerrará o mandato dos membros em seis de dezembro de 2007 e assim criará uma nova comissão eleitoral para o Biênio 2008 e 2009 para o processo de escolha dos futuros membros para o CERHI – RJ; escolhidos os membros futuros, mesmo tomando posse eles então escolherão o seu presidente; organizando então um fórum com os Usuários; Sociedade Civil e o Poder Público. Passada a palavra o Dr. José Sertã ele menciona sobre o decreto antigo mais a lei não tinha um amparo para fazer uma conduta que o CERHI deveria ter, sendo que o novo decreto ele estabiliza bem o que queremos. Passada a palavra ao Presidente Paulo Canedo que aproveitou a oportunidade para que fosse formada a comissão nesta plenária conforme a lei anterior. Passada a palavra a Sra. Marilene Ramos Presidente da SERLA; se pronunciou dizendo que a Lei na forma antiga era mais grave, pois os conselheiros si quer tinha um mandato. O Sr. Paulo Teodoro Presidente do CEIVAP é apresentado aos membros e convidados. Voltando com a palavra a Sra. Marilene Ramos citou que os mandatos vencem e que tem que haver uma nova eleição e que a SERLA conduz sozinha e que isso não seria o ideal, ou seja, pelo ato da SERLA ou da Secretaria Executiva para que possa nomear uma nova comissão. Passada a palavra para o Sr. Luiz Firmino Vice-Presidente da SERLA falando que em função do novo decreto estará aberto o processo eleitoral, e que a Secretaria Executiva do CERHI irá fazer os Editais de Convocações das Sociedades Civis; dos CBHs e dos Usuários, para que possa preencher as vagas. Passada a palavra a Sra. Marilene Ramos diz que em geral é bom contar com uma comissão para que esclareça o acompanhamento dos processos. Passada a palavra a Sra. Fátima Casarin, Secretaria Executiva do CERHI, dizendo que sempre foi solicitado por conta de um cadastro e outros, as concessões que poderia ter direito por causa de conflitos entre os comitês e às vezes os comitês abrem vagas para indicações diferentes previsto pelo CONAMA. Já que os comitês têm cinco vagas é de importância que pelo menos que os comitês participem nessa comissão eleitoral no sentido de avaliar mesmo aqueles inscritos, principalmente sociedade civil com um

maior conflito de um comitê para o outro a visão é bem diferente. Passada a palavra a Sra. Marilene Ramos diz que teria um regulamento de eleição anterior do CERHI, que fixou esses parâmetros todos, se os conselheiros os adotassem ou eventualmente poderia propor um pequeno ajuste, não tendo uma dificuldade maior, não tendo um CERHI para referendar. Assim o presidente do CERHI, Paulo Canedo, propôs uma troca de data já e que a SERLA tem todos os trâmites e um plano burocrático. Tendo em vista uma forma regimental de fazer essa comissão. Com a palavra a Sra. Dora Negreiros coloca uma idéia de se fazer logo um cadastro para que as entidades sejam impugnadas na hora da eleição, com a palavra o Sr. José Sertã aproveitou para dar complemento à fala da Sra. Dora Negreiros que falou do regimento interno até o momento do Art.27. L10, organizar e manter o cargo da secretaria executiva dizendo que a mesma será exercida pela SERLA enquanto for o órgão gestor, compete à secretaria executiva manter e organizar o cadastro das organizações governamentais do CERHI legalmente constituídas cujas finalidades sejam comprovadamente a defesa do meio ambiente e a área de recursos hídricos, e também o que está em vigor. De fato, tem uma importância relevante porque a possibilidade de pretensões desbaratadas alia a uma representação adequada na lei. Com a palavra o Sr. Paulo Canedo, convidou o Sr. José Sertã para ajudar a montar a comissão eleitoral do CERHI, sugerindo também a Sra. Luiza Krau estando aberto para outros conselheiros a participarem dessa comissão. Sr. José Sertã indicou o nome do Dr. Carlos Costa da PGE, sendo assim todos os membros aprovaram a formação da comissão eleitoral, com uma sociedade civil, um usuário e um membro do poder governamental. Sra. Marilene Ramos estabeleceu um período para que possam dar posse aos novos conselheiros com os trâmites legais. Sra. Fátima Casarin sugeriu que fosse invertida a pauta novamente por não haver ainda quorum, contornando com assunto que não precisaria de aprovação sendo o Sr. Luiz Firmino inicia explicando sobre a Apreciação da Resolução do CBH - Lagos São João que delibera sobre a criação do fundo de recursos para as boas práticas em micro bacias hidrográficas que seria de nº. 03 da pauta. Com a palavra a Sra. Marilene apresentou o Sr. Luiz Firmino como o novo vice-presidente da SERLA. Sr. Luiz Firmino fala que essa Resolução foi aprovada no CBH – Lagos São João em quatro de outubro de 2007 na última reunião do CBH - Lagos São João que foi submetida à análise na câmara técnica quer dizer que ela não seja complicada, pois ela cria um fundo dentro do comitê de bacia, para boas práticas dentro das micro bacias, a idéia é que todo 50% dos recursos arrecadados podendo ser aumentado do Comitê dos Lagos São João sejam destinados a uma conta corrente específica do fundo no caso na secretaria executiva do consórcio do Lagos São João este fundos da resolução que foi baseada num regulamento interno e define como esse dinheiro será aplicado, que os recursos da cobrança possam ir direto para as cabeceiras e os montantes dos reservatórios e principalmente daquele produtor que vive da terra para sobreviver que nós pedimos pede para que ele proteja a faixa marginal e na maioria das vezes não sabem como fazer isso, surgiu uma idéia de ser criado um fundo de espécie de aval para que o pequeno produtor pudesse ir ao banco para pegar um empréstimo para sua lavoura, se caso ele estivesse adotando uma boa prática na sua propriedade ele ganharia um selo do comitê e o comitê daria um aval junto ao banco para que ele pudesse ter esse empréstimo, essa foi a idéia original aplicada a um ano e meio atrás. Só que criado um grupo de trabalho essas idéias avançaram muito, tendo um projeto piloto em três microbacias, em Lavras, Rio Bonito, Cambucás e em Rio das Ostras, essas três microbacias já vinham com um trabalho forte de todos os moradores. Principalmente com as escolas e os pais dos alunos. Como se fosse uma reunião de bacias com mais de 100 participantes o grupo de trabalho aumentou muito transcendendo esse trabalho. Sendo criada agora no dia dez de dezembro de 2007 a Câmara Técnica Permanente de Microbacias – CTPM, essa câmara técnica que irá aprovar cada projeto, de duas ordem; individual neste caso o cidadão que mora na microbacia terá o direito de pleitear um recurso, duas formas serão apresentadas para pleitear esses recursos com o fundo perdido e o

outro com a replantação da margem auxiliar como boa prática se estiver feito dentro das suas propriedades. Tendo um mecanismo para devolver esse dinheiro ao fundo. Tudo isso será feito através de contratos com o consórcio e moradores, só poderá participar do fundo os produtores que tiverem no plano de microbacias. Falando que o fundo já possui R\$ 60.000,00 (Sessenta Mil reais) disponíveis para esse projeto inicial, através de repasse para o convênio e a SERLA seria o órgão fiscalizador desse recurso. Pedindo a visualização do documento discutido na reunião. Com a palavra a Sra. Fátima Casarin justificou a ausência do coordenador da CTIL Sr. Friedrich Wihelm é quem prepara a minuta de resolução, por esse motivo não puderam ser elaborados os documentos para serem analisados pelos membros desse CERHI. Por conta desse motivo nós não temos o documento final, deixando bem claro que isso nunca aconteceu antes. o Sr. Friedrich Wihelm está vindo com os documentos para serem apresentados nesta reunião. Explicando novamente que o coordenador trará até o final desta reunião a minuta de resolução referente a Apreciação da Resolução do CBH- Lagos São João que delibera sobre a criação de fundo de recursos para as boas práticas em microbacias hidrográficas, nós não tivemos contato com ele nesses dois dias, por esse motivo não puderam ser preparados os documentos para serem analisados pelo CERHI com impressões e digitalizações. Por conta desse motivo nós não temos o documento final, deixando bem claro que isso nunca aconteceu antes. O Sr. Friedrich Wihelm está vindo com os documentos para serem apresentados nesta reunião. Explicando novamente que todos os documentos ficaram com o coordenador da Câmara Técnica até serem repassados oficialmente a secretarias executivas para que sejam encaminhados aos membros. Sendo assim, está aprovado pelo CERHI o Item 3 da pauta Apreciação da Resolução do CBH- Lagos São João que delibera sobre a criação de fundo de recursos para as boas práticas em micro bacias hidrográficas, desde que, seja apresentado o documento final da câmara técnica. Item 1 Ata da 19ª Reunião Ordinária do CERHI anterior, realizada em vinte e seis de setembro de 2007, o coordenador da CTIL o Sr. Friedrich Wihelm informou que por falta de quorum na última reunião extraordinária em 20 de setembro de 2007, não houve aprovação dos item 2;3;4;5;6 da pauta, porém a pauta da reunião ordinária do CERHI já havia sido divulgada. O presidente do CERHI pediu que fosse retirado da pauta. Já o Sr. Luiz Firmino requereu em regime de urgência para que fossem incluídas na próxima pauta três resoluções apresentada anteriormente na reunião. Duas delas relativas à cobrança com as seguintes argumentações, duas resoluções envolvem um acordo que levou para ser definido com a concessionária local, com critérios de cobrança que entraram em vigor em julho de 2007, que viabiliza finalmente o pagamento em dia das concessionárias sem aprovações dessas resoluções de regulamentação de saneamento, não deliberará ao sistema que pode ameaçar novamente o pagamento das concessionárias, dando então continuidade na leitura da pauta anterior, observando que essa pauta não foi modificada, assim dita pelo Sr. Paulo Canedo, pedindo que o Sr. José Sertã desse uma revisão antes de ser aprovada pelos membros. Todavia foi aprovando pelos membros o conteúdo e modificado posteriormente o português. Próximo item a ser tratado é o item 2. Aprovação do Plano de Investimento do CBH- Baía de Guanabara. Com a palavra a Sra. Dora Negreiros mencionando que na última reunião da Câmara Técnica Institucional Legal do CERHI não teve quorum para aprovar uma resolução do comitê. Por isso não pode aprovar esse plano de Recursos Hídricos com dinheiro do PDBG, dinheiro esse vindo de um órgão público de dois milhões. Foi realizado um plano para esse recurso, mas não abrangemos toda área do comitê, embora ela não abranja tudo ele tem a essência conforme a legislação feita pelo âmbito da SERLA por um consórcio de empresas privadas. A representante do CBH Baía de Guanabara pede para os conselheiros que aprovem esse plano, embora não tenha passado pela CTIL, mas foram analisados extensamente pelos técnicos da SERLA. Com a palavra a Sra. Marilene Ramos perguntou se o próprio comitê já havia aprovado, ela informou que CBH Baía de Guanabara aprovou como

orientador das diretrizes. E também a Petrobras antes mesmo que fosse aprovado pela Comperj. Com a palavra o Sr. Paulo Canedo ele menciona que já foi aprovado pelo próprio PDBG e que vem sendo aprovado por vários órgãos estaduais, sendo assim foi dada a aprovação do item 2. da pauta, com a palavra o Coordenador da Câmara Técnica Institucional Legal o Sr. Friedrich Herms fará um breve relato sobre o plano de investimento do CBH Baía de Guanabara, dizendo que esse plano está dentro da lei e sua preocupação hoje é que alguns documentos não são apreciados dentro das Câmaras Técnicas e com isso não havendo quorum e está sendo discutido dentro do CERHI, sem uma análise mais profunda de cada uma das questões, dizendo que não tem nada contra a aprovação do mesmo. Pedindo o comparecimento dos membros inscritos nas Câmaras Técnicas para que haja quorum para que isso não venha mais acontecer. Externando novamente o assunto que esse é o 3º documento levado a uma plenária do CERHI – RJ sem passar pela Câmara Técnica por falta de quorum, pois lá é aonde preparamos a nossa análise mais profunda, porem se continuarmos aprovando dentro das plenárias virará rotineira e o esvaziamento dentro das Câmaras Técnicas. Com a palavra o Sr. Presidente ele diz, que, os grandes problemas anteriores davam por não haver quorum e que neste ano houve uma grande mudança neste quadro. Retomando a palavra o Sr. Friedrich Herms ele relata sobre o plano de investimento no âmbito de 2004; 2005 e 2006 que esses valores foram dados pelo financeiro da SERLA, então a CTIL fizeram uma totalização em 2004; 2005 e 2006 retirando um valor de 10% sobre o total para SERLA, que não tem compensação da Hidrelétrica para o CBH Baía de Guanabara, então tendo um total a ser aplicado de R\$ 817.156,25 os valores a serem aplicados, ressalvou-se em pesquisas de recursos hídricos que está na lei de 5% ao CBH Baía de Guanabara, embora ela não mandou as ações efetivas para locar verbas em rubricas, ressalvamos a necessidade de aplicação em recursos hídricos de R\$ 45.397,57 em ações de gestões. Eles solicitarão com a implantação da secretaria R\$ 193.666,03, e outra ação aprovada pela diretória uma verba de R\$ 62.349,02, que sobrou para ações específicas. R\$ 561.141,20 que eles pedirão para colocar nas atividades de gestão, elaboração de projetos e nas ações de inversões estruturais. Nas resoluções do CBH-BG, eles definem a locação desses R\$ 561.141,20 a ser definido no prazo de 90 dias pela câmara técnica de gestão e estudo e projetos e pela CTIL do CBH – BG, então essas foram as solicitações e a minuta de resolução. Com a palavra o Sr. Presidente do CERHI, Porém na verdade o CERHI estaria aprovando uma verba de aplicações específicas fora o valor adotado e aplicado e nas ações aprovados pela diretória. Então teremos que aguardar as câmaras técnicas definirem quais serão os projetos. O CERHI aprovará a quantia inicial de R\$ 817.156,25 e bloqueando os R\$ 561.141,20 para detalhamento dos gastos, até a próxima apresentação do CBH – BG. Está sendo proposto pela CTIL que aprove os R\$ 817.156,25, porém com a ressalva das parcelas não detalhadas. Estaria bloqueado na SERLA o valor de R\$ 561.141,20 para que o CBH – BG cumpra essas instâncias e com isso a CTIL analisará até que venha ser emitido um melhor detalhamento desses gastos, para ser apresentado no CERHI para sua aprovação. Com a palavra o Sr. Carlos Minc Secretário do Estado do Meio Ambiente saudando o Sr. José Machado da ANA e todos os conselheiros do CERHI, dizendo que a SEA tenta honrar os compromissos, nesses onze meses garantindo o recurso do FECAM prioritariamente para CBH Baía de Guanabara; Lagoa de Jacarepaguá e Obras da SERLA. Ele falou também sobre o Projeto Iguaçu, com a palavra a Sra. Marilene Ramos fala sobre o item 4 Avanços e desafios da gestão de recursos hídricos e da criação do INEA; CBHs; e a criação do Pro- Comitês; BNG2 e Médio Paraíba. Com palavra José Machado Presidente da ANA falou sobre Diagnóstico da Política Nacional de Recursos Hídricos, A avaliação setorial da Política Nacional de Recursos Hídricos, Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ). Prosseguindo, o Presidente agradeceu a presença de todos franqueou a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Nada mais havendo a tratar,

e como ninguém mais se pronunciou, o Presidente do Conselho Estadual dos Recursos Hídricos deu por encerrada a reunião, e eu, Fátima Casarin, que servi de secretária, lavrei a presente Ata.

Luiz Henrique Lima
Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos